



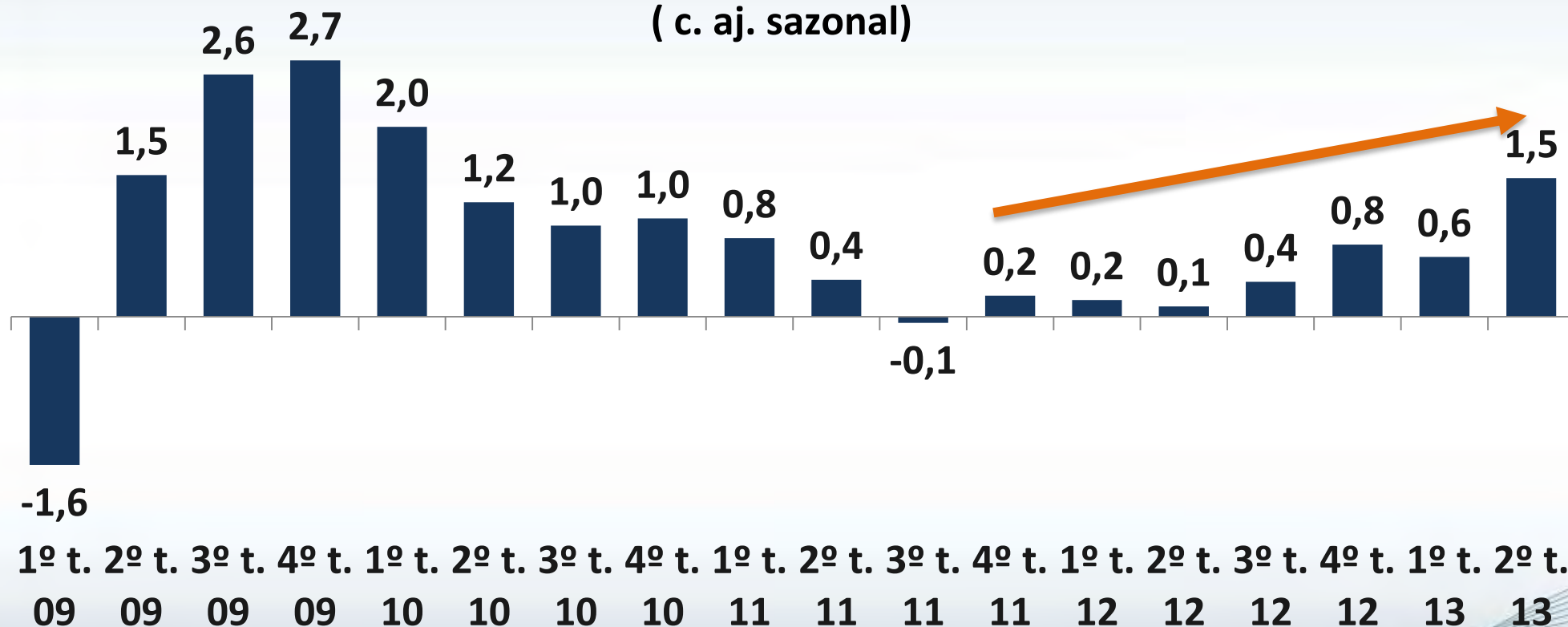
Projeto de Lei Orçamentária Anual 2014

*Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão*

25 de setembro de 2013

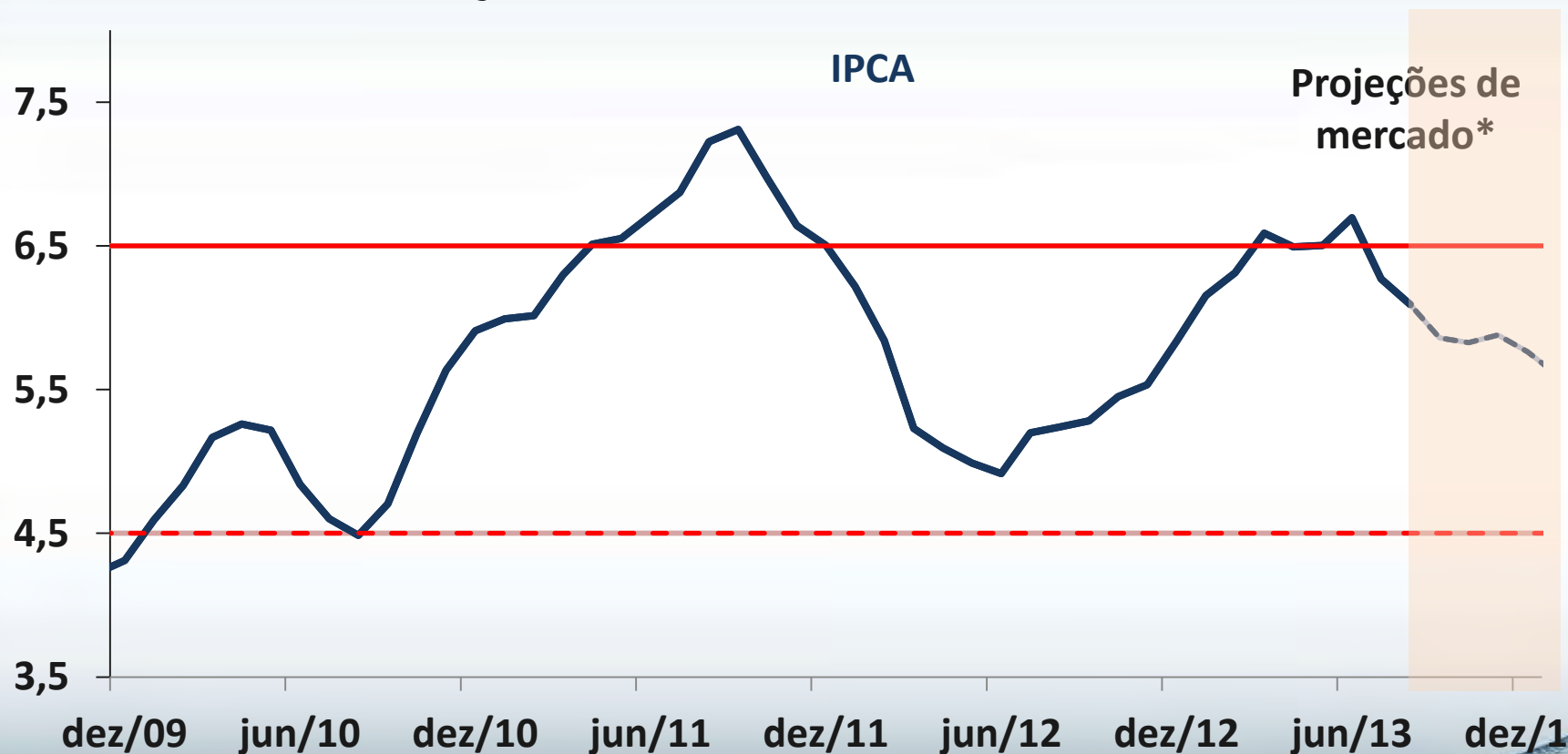
RETOMADA DO CRESCIMENTO

Evolução do PIB: Trimestre ante trimestre anterior (c. aj. sazonal)



APÓS CHOQUE DE ALIMENTOS, INFLAÇÃO ESTÁ EM QUEDA

Inflação ao Consumidor* variação % acumulada em 12 meses



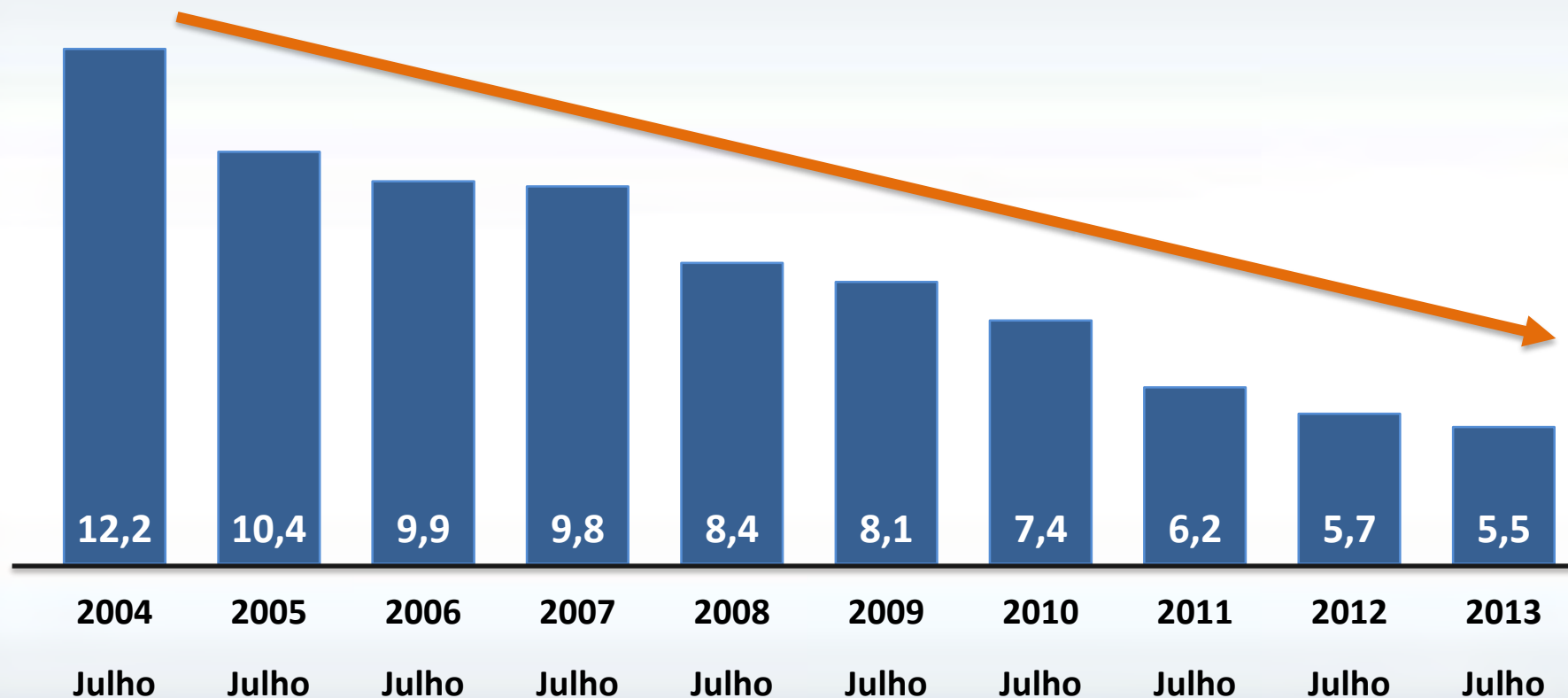
* Expectativas de mercado para os dados a partir de setembro/2013.

Mediana – BCB/Focus, de 20/09/2013

Fonte: IBGE

DESEMPREGO EM PATAMARES MÍNIMOS HISTÓRICOS

Média em 12 meses (% da PEA)

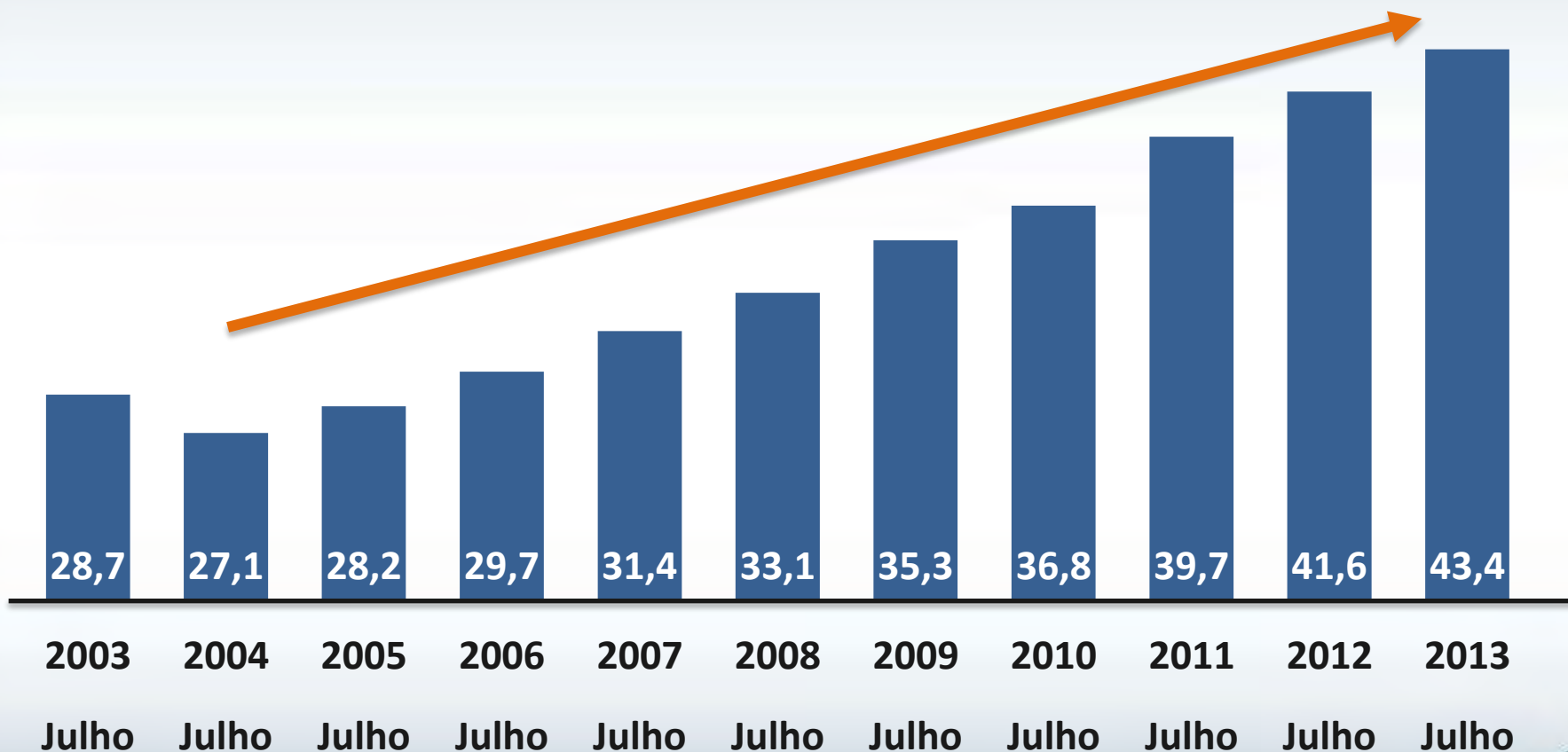


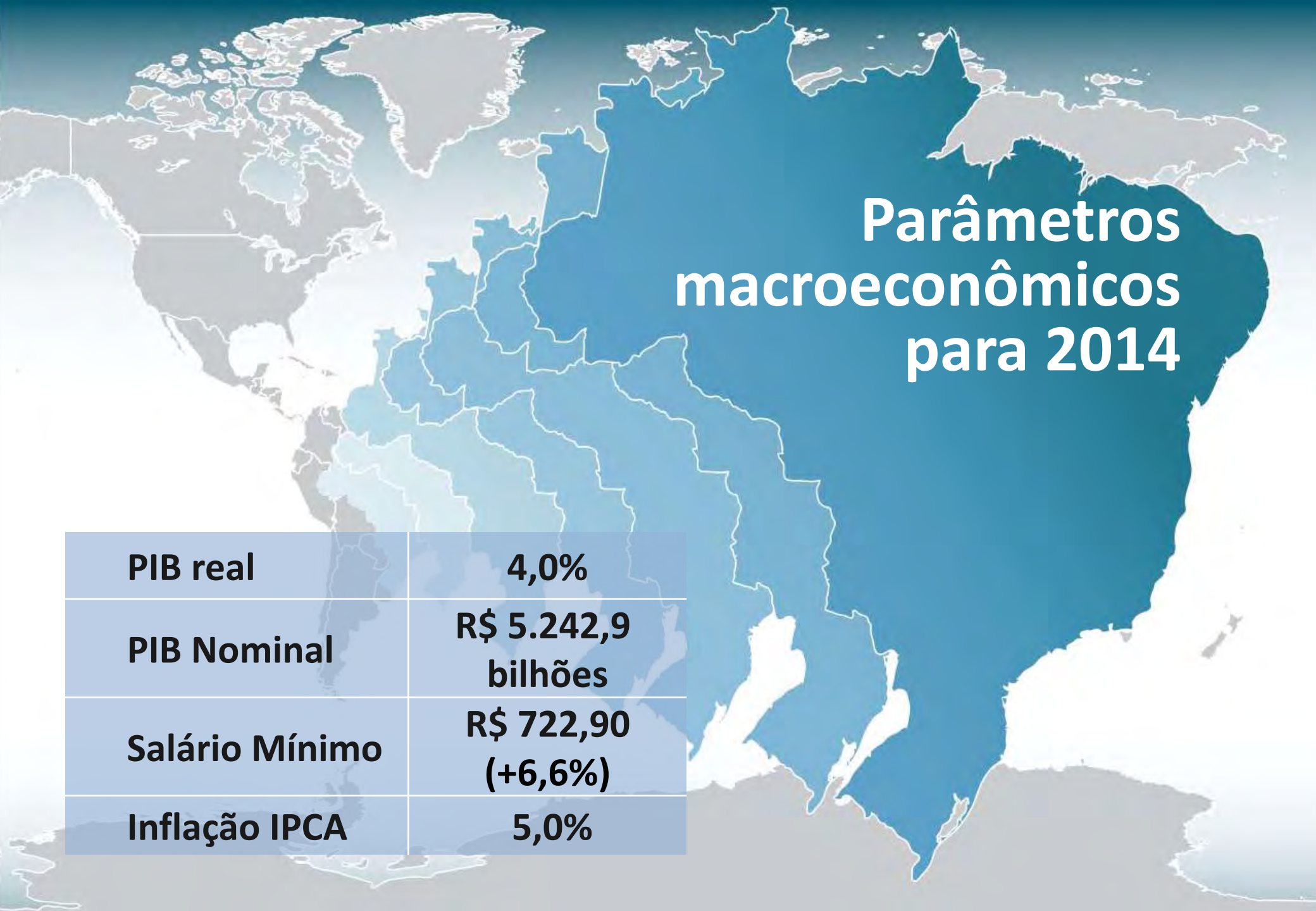
Fonte: IBGE

PERMITIRAM AUMENTO DA MASSA DE RENDIMENTOS

Crescimento de 51%

Massa de Rendimentos (em R\$ constantes)





Parâmetros macroeconômicos para 2014

PIB real	4,0%
PIB Nominal	R\$ 5.242,9 bilhões
Salário Mínimo	R\$ 722,90 (+6,6%)
Inflação IPCA	5,0%

ORÇAMENTO EM GRANDES NÚMEROS

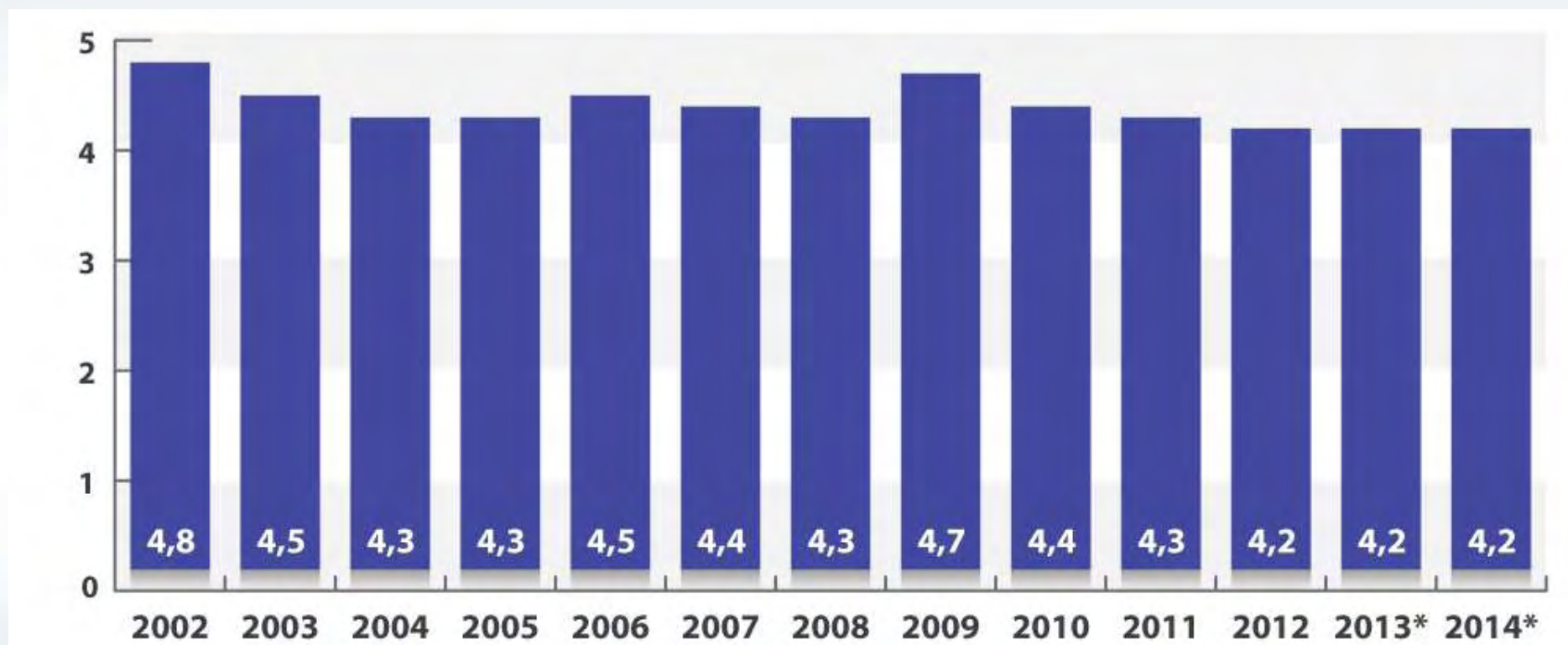
	Avaliação 4º bimestre 2013		PLOA 2014	
	R\$ bilhões	% do PIB	R\$ bilhões	% do PIB
Receita Primária (exc. Previdência)	875,6	18,3	958,5	18,3
Administrada	700,8	14,7	791,5	15,1
Dividendos	22,0	0,5	21,0	0,4
Outras (royalties, part. especiais etc.)	152,8	3,2	146,0	2,8
Transferências Constitucionais	183,5	3,8	217,7	4,2
Receita Líquida	692,1	14,5	740,8	14,1
Despesa Primária (exc. Previdência)	582,8	12,2	651,5	12,4
Despesas Obrigatórias	337,3	7,1	385,3	7,3
Pessoal	202,3	4,2	222,0	4,2
Auxílio CDE	2,0	0,0	9,0	0,2
Comp. das desoner. da Folha	10,8	0,2	17,0	0,3
Demais	122,3	2,6	137,2	2,6
Despesas Discricionárias	245,5	5,1	266,2	5,1
Resultado Previdência	-36,2	-0,8	-31,2	-0,6
Arrecadação líquida para o RGPS	313,6	6,6	356,8	6,8
Benefícios Previdenciários	349,8	7,3	388,0	7,4

RESULTADO PRIMÁRIO DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO

	R\$ bilhões	% PIB
Governo Central	116,1	2,2
Empresas Estatais Federais	0,0	0,0
Governos Regionais, inclusive suas Estatais	51,3	1,0
Setor Público Consolidado	167,4	3,2
Abatimento do Gov. Central previsto na PLOA 2014	(58,0)	(1,1)
Resultado Primário	109,4	2,1

DESPESAS ESTÁVEIS COM PESSOAL, COM AUMENTO DO NÚMERO DE SERVIDORES E POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO

Despesas com pessoal e encargos sociais, em % do PIB

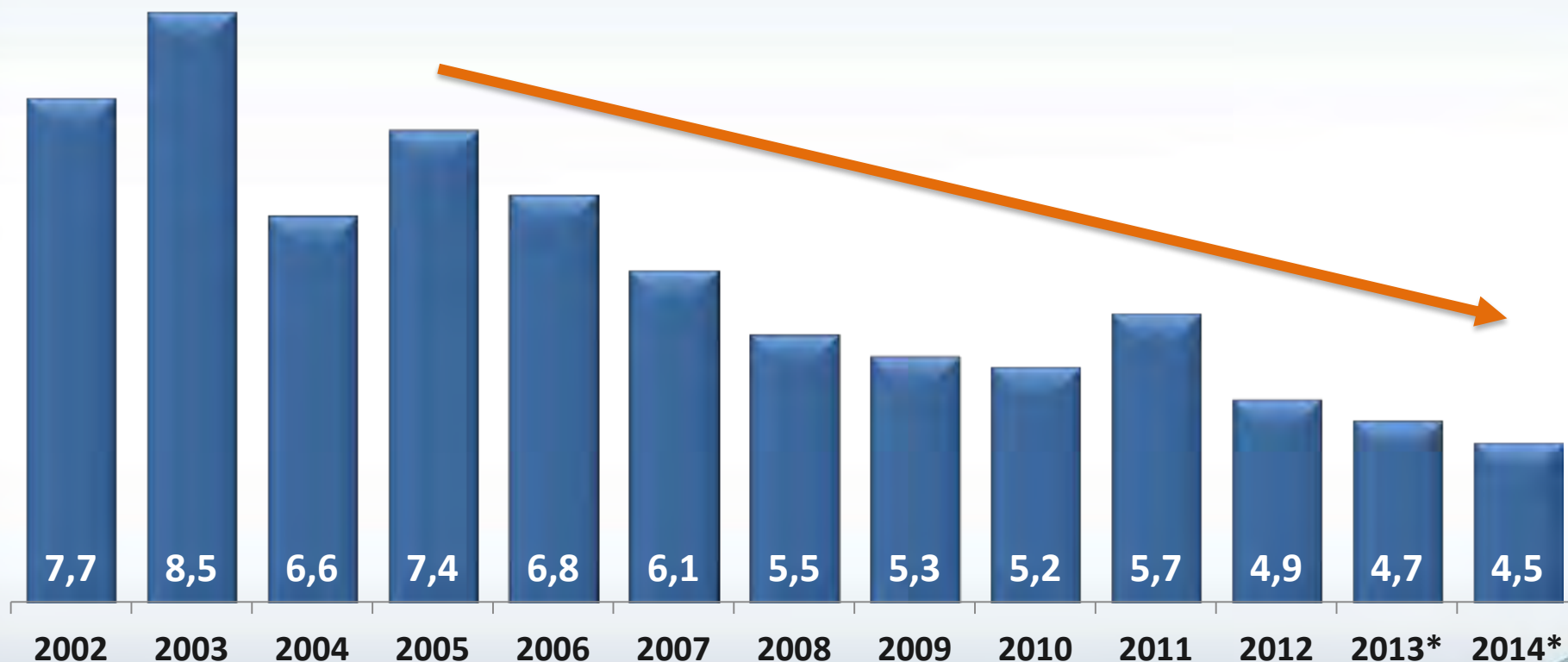


* Projeções

Fonte: Ministério da Fazenda
Elaboração: Ministério da Fazenda

DESPESAS COM JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA DECLINANTES

Em % do PIB

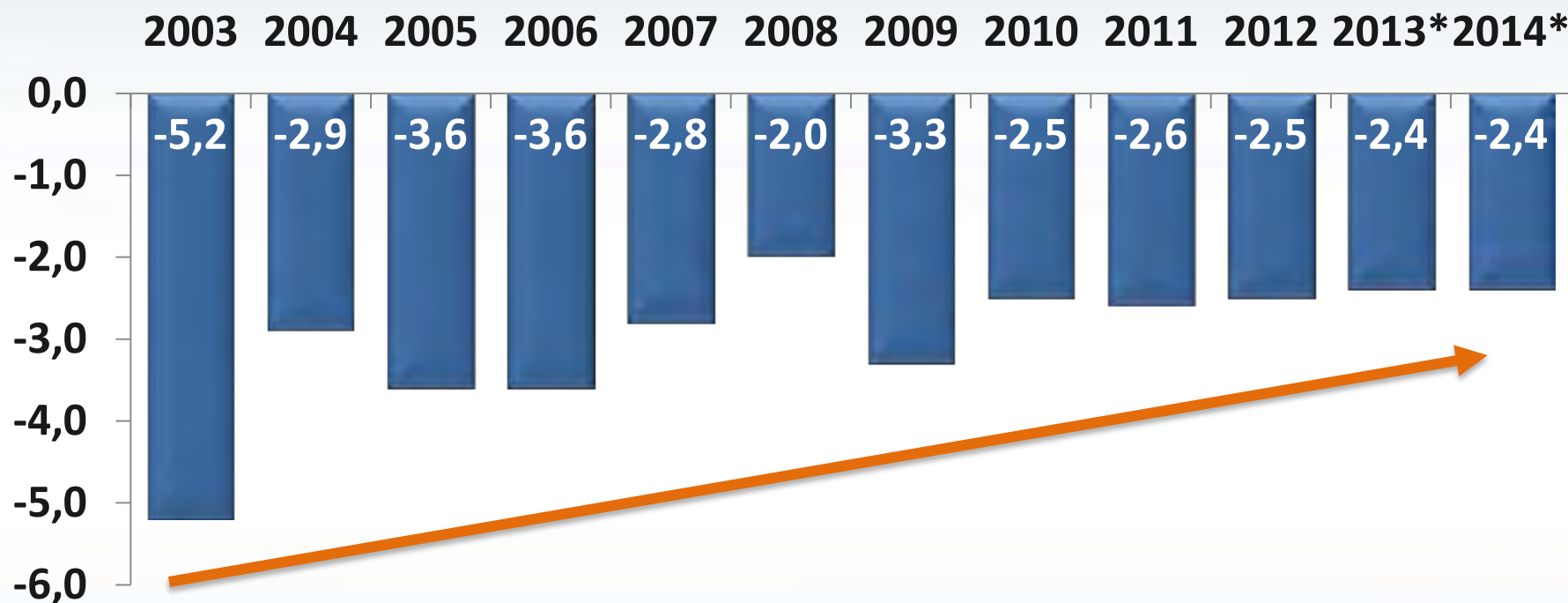


* Projeções

Fonte: Ministério da Fazenda

MELHORA DO RESULTADO NOMINAL DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO, FORTALECENDO A SOLIDEZ FISCAL

Em % do PIB

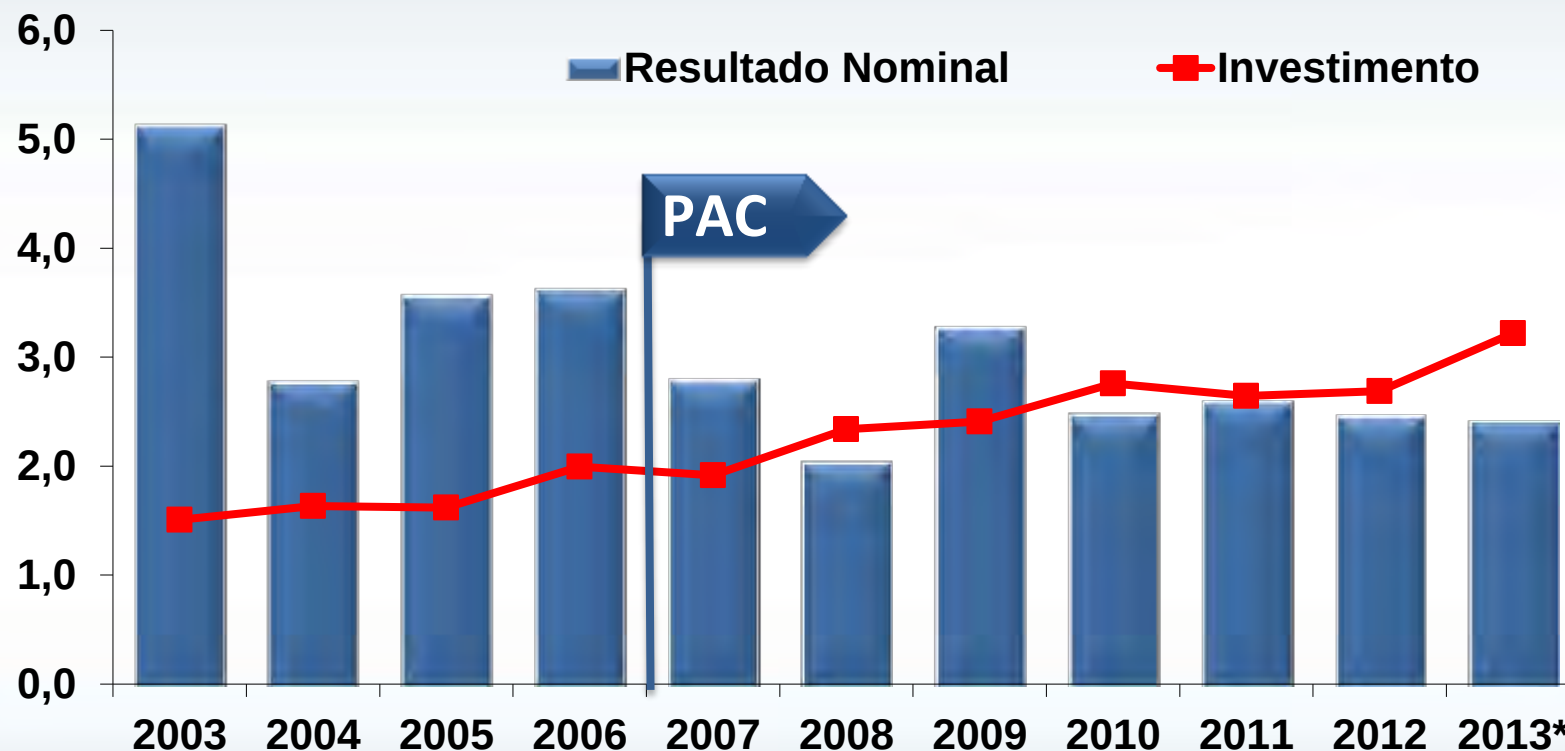


* Projeção do Banco Central com base nos parâmetros da Grade e no cumprimento da meta proposta no PLOA.

Fonte: Banco Central do Brasil

DESDE O PAC, OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS SUPERAM O RESULTADO NOMINAL DO SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO

Em % do PIB

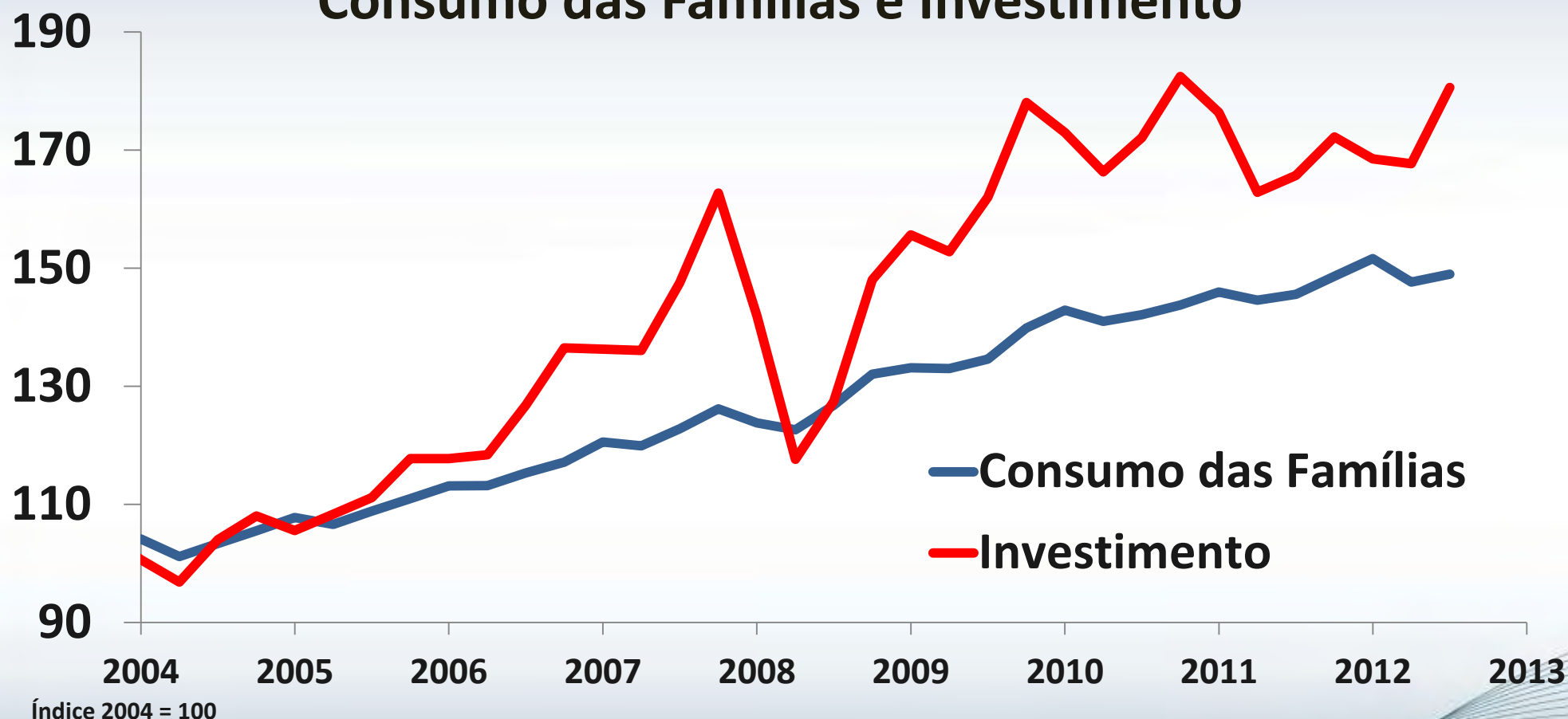


* Resultado Nominal: Projeção do Banco Central.
Investimento 2013: LOA + Créditos

Fonte: Banco Central do Brasil e SIAFI/STN

DESDE O PAC, O INVESTIMENTO É O PRINCIPAL MOTOR DO CRESCIMENTO, IMPULSIONADO PELO SETOR PÚBLICO

Consumo das Famílias e Investimento



Fonte: IBGE

DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO EM DECLÍNIO

Dívida líquida do setor público cai 44% entre 2002 e 2014 (% do PIB)



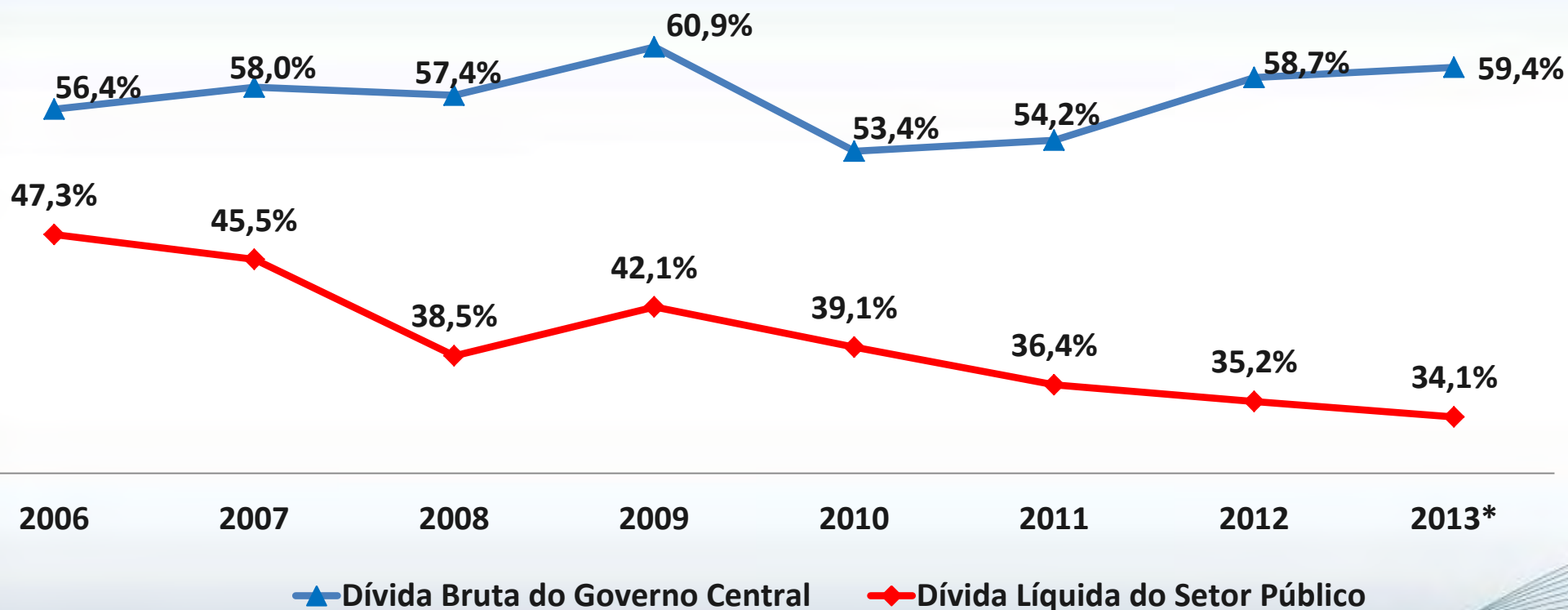
* Projeções

Fonte: Banco Central do Brasil e Ministério da Fazenda

TRAJETÓRIA SUSTENTÁVEL DA DÍVIDA PÚBLICA

DÍVIDA LÍQUIDA DECLINANTE E BRUTA ESTÁVEL

Dívida Bruta e Líquida, em % do PIB



* Até julho/13

Fonte: Banco Central do Brasil

TRAJETÓRIA DA DÍVIDA BRUTA DECORRE DE ESCOLHAS DE POLÍTICA ECONÔMICA E NÃO DE FRAGILIDADE FISCAL

Política de melhora da sustentabilidade externa

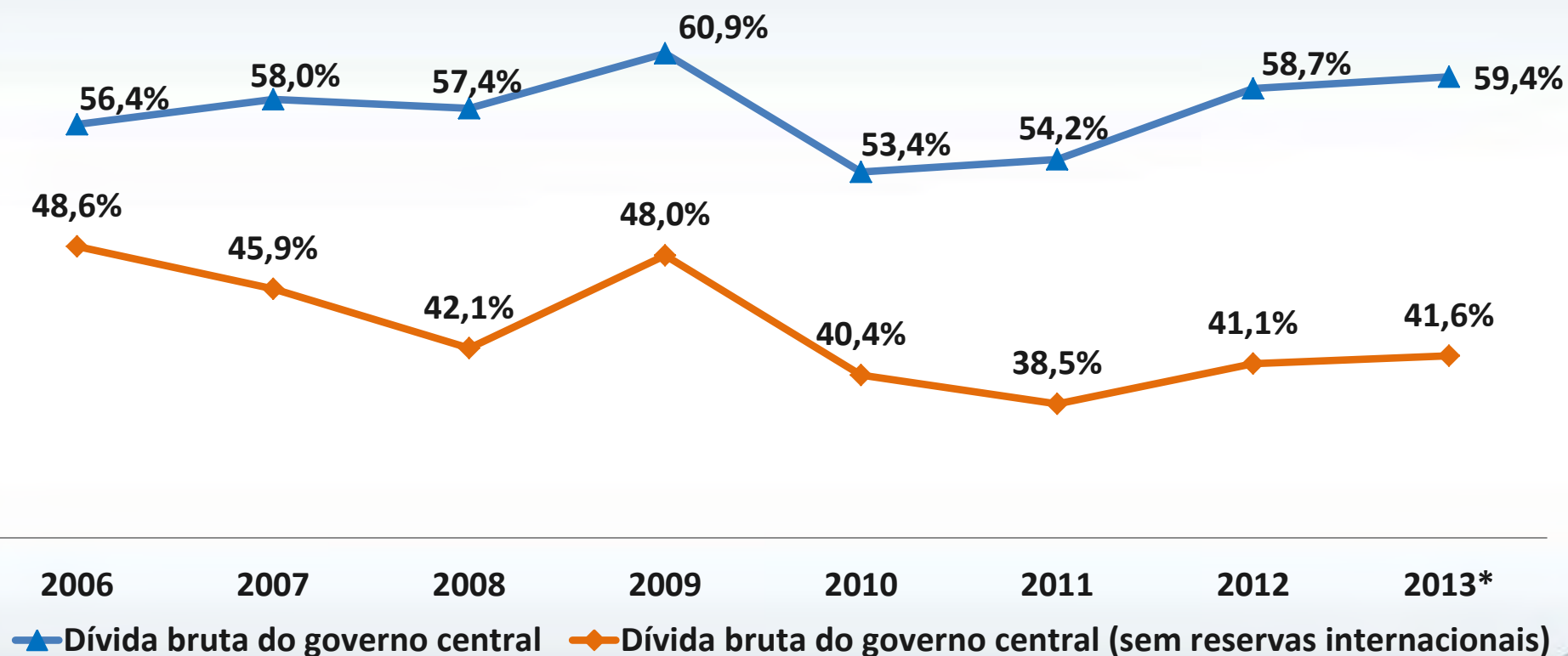
- **Aumento das reservas internacionais exige operações compromissadas para enxugar a liquidez**

Política anticíclica de financiamento público às empresas

- **Aumento nos empréstimos aos bancos oficiais: BNDES, CAIXA e Banco do Brasil**

DÍVIDA BRUTA SEM RESERVAS INTERNACIONAIS, COM TRAJETÓRIA DECRESCENTE

Dívida bruta do governo geral, em % do PIB

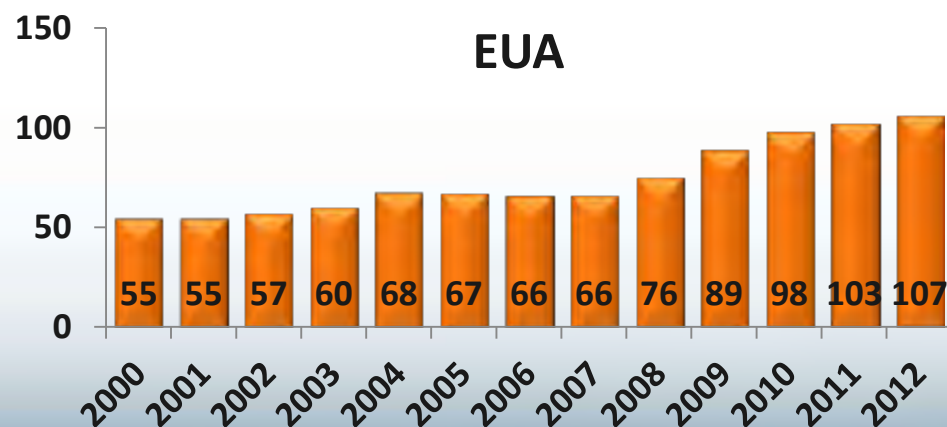


Fonte: Banco Central do Brasil

* Até julho/13

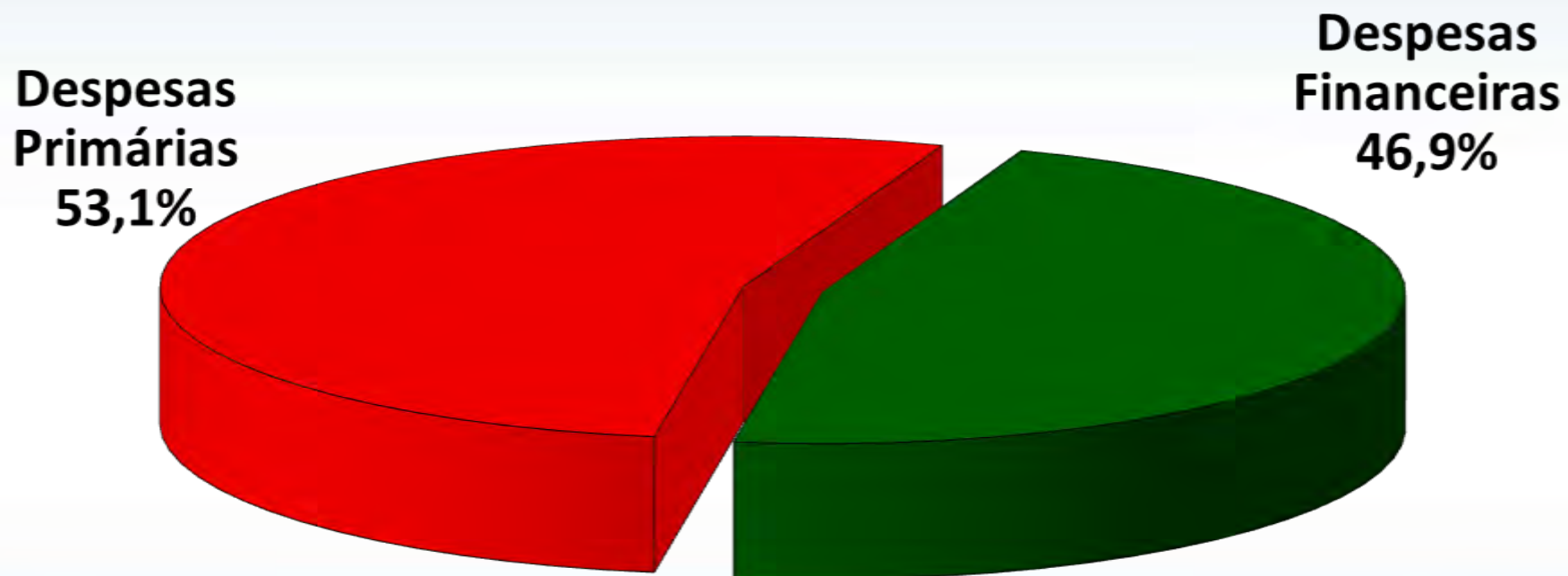
AUMENTO DA DÍVIDA BRUTA FOI MAIS ACENTUADA NOS DESENVOLVIDOS, ONDE É REFLEXO DE AJUDA AO SETOR BANCÁRIO

Dívida bruta do governo geral, em % do PIB



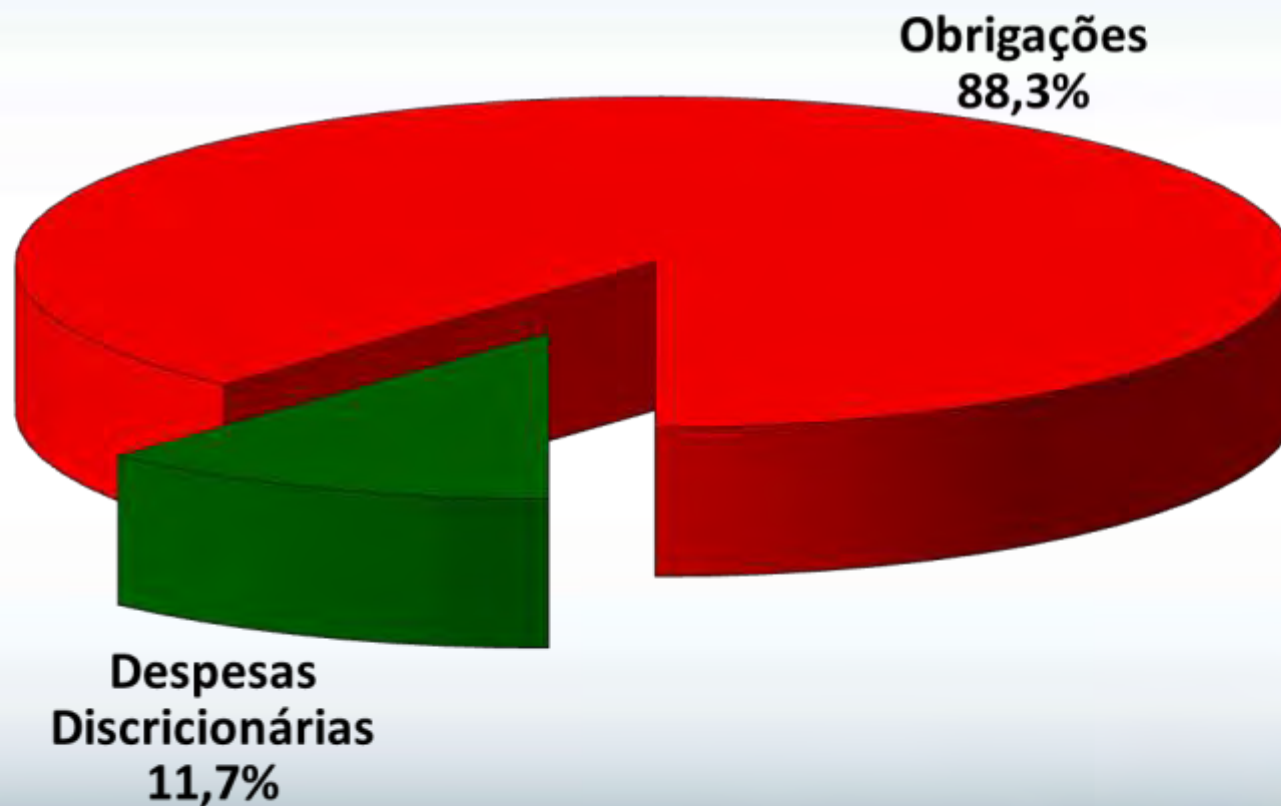
ORÇAMENTO TOTAL – R\$ 2,36 TRILHÕES

Despesa primária e financeira



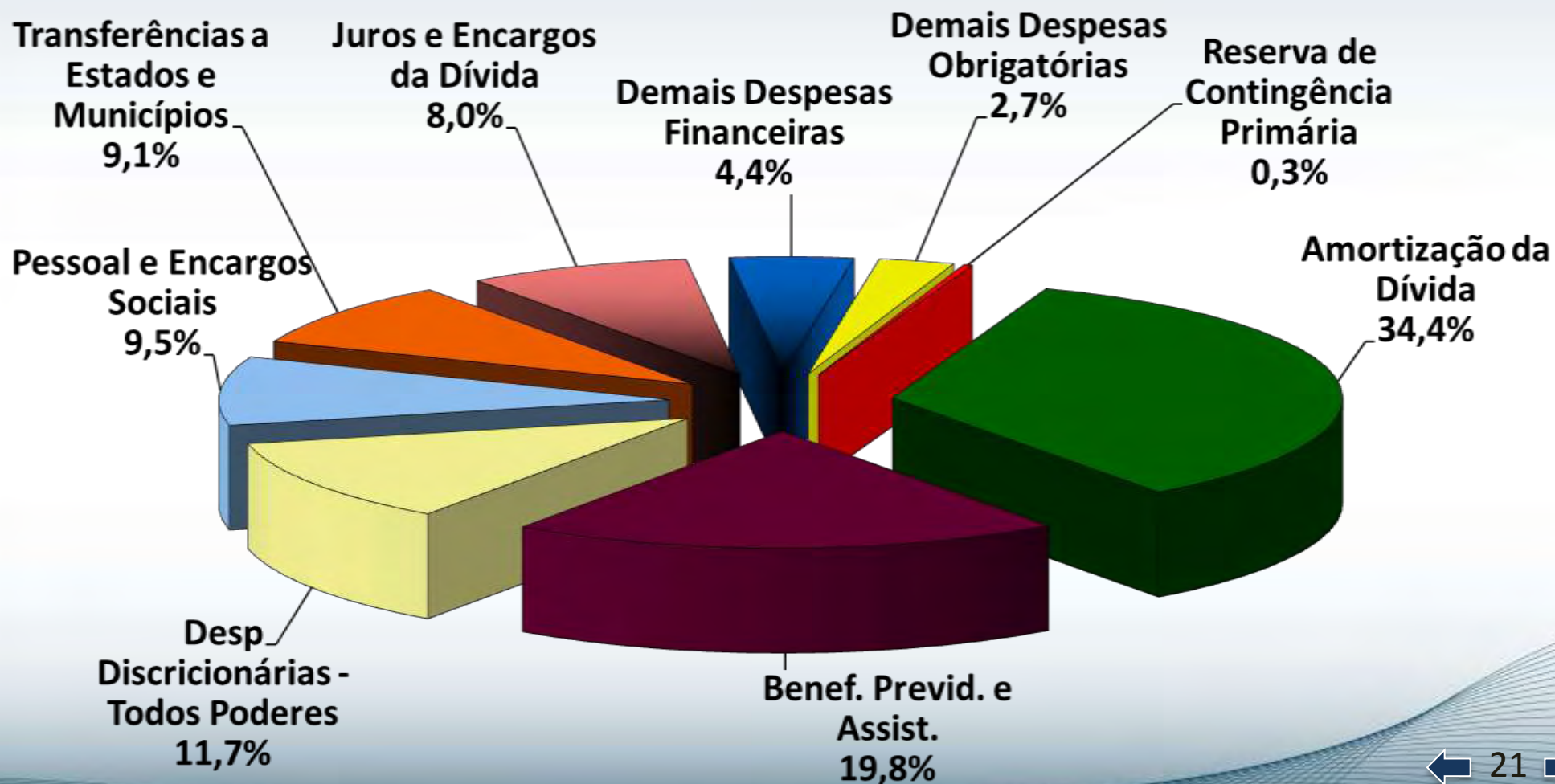
ORÇAMENTO TOTAL – R\$ 2,36 TRILHÕES

Despesa primária e financeira



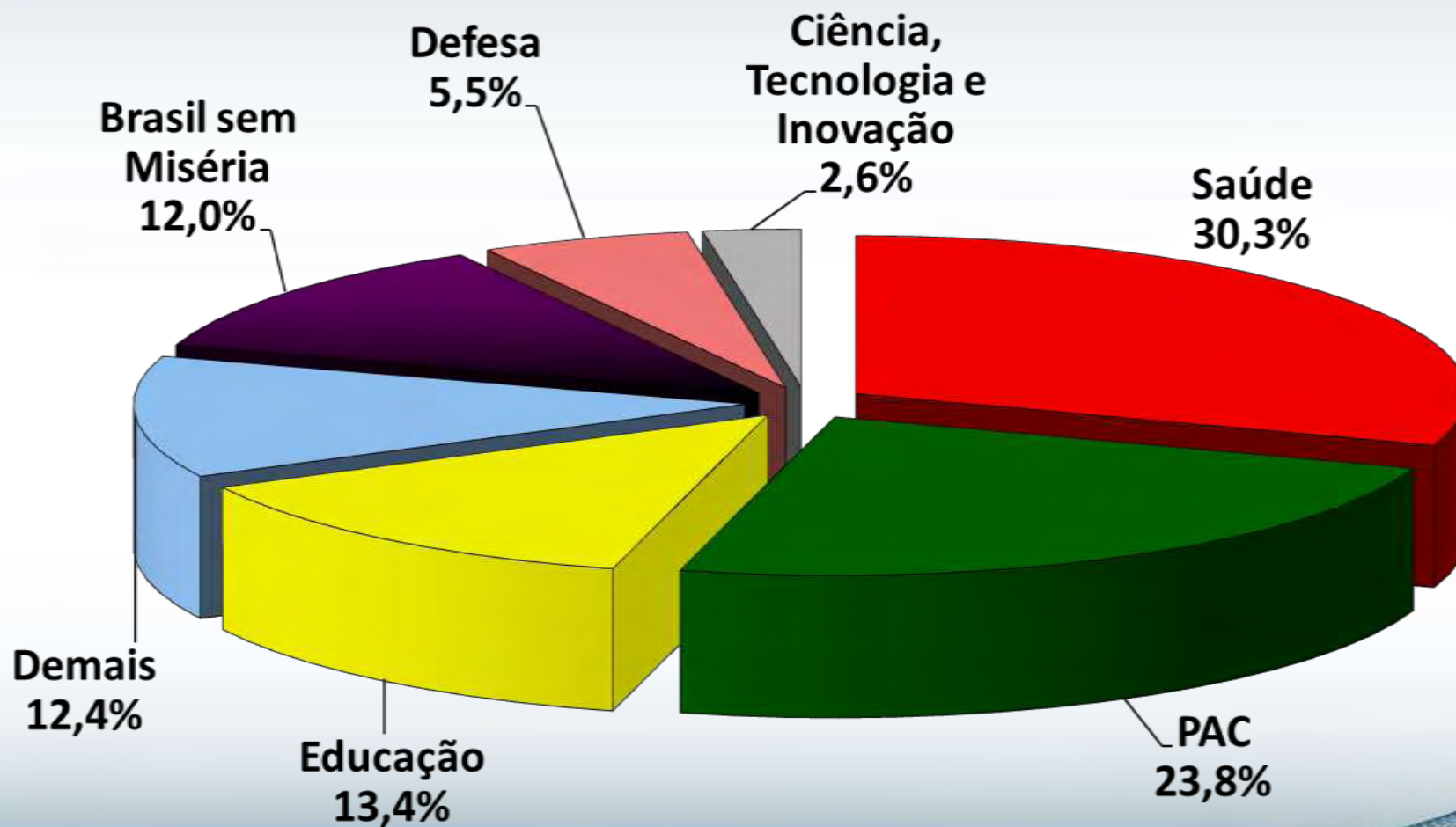
ORÇAMENTO TOTAL – R\$ 2,36 TRILHÕES

Despesa primária e financeira



DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Poder Executivo – R\$ 266,2 bilhões



PRIORIDADES DE GOVERNO

Investimentos e políticas sociais

R\$ bilhões			
Item*	PLOA 2013	PLOA 2014	Variação
Saúde	94,6	100,3	5,7
Educação	79,2	92,4	13,2
PAC + MCMV	52,2	63,3	11,0
Brasil sem Miséria	29,9	32,6	2,6

***Despesa Total**

PRIORIDADES DE GOVERNO

Saúde e Educação recebem recursos superiores aos previstos na Constituição

Saúde

	R\$ bilhões				
Item	2010	2011	2012	2013	2014
Aplicação Constitucional	62,0	72,3	78,2	87,3	90,1
Adicional	5,4	6,2	8,8	12,0	10,2
Total	67,3	78,5	87,0	99,3	100,3

Educação

	R\$ bilhões				
Item	2010	2011	2012	2013	2014
Aplicação Constitucional	26,9	35,6	38,1	46,9	48,2
Adicional	27,3	28,4	37,8	37,5	44,3
Total	54,2	64,0	75,9	84,5	92,4

PRIORIDADES DE GOVERNO

INVESTIMENTOS – R\$ 186,6 bilhões

Fiscal e da Seguridade e Estatais

R\$ bilhões



PAC – R\$ 136 bilhões
Fiscal e Seguridade – R\$ 63,3 bilhões
Estatais – R\$ 72,7 bilhões

PRIORIDADES DE GOVERNO

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC

Orçamentos Fiscal e Seguridade – R\$ 63,3 bilhões
Crescimento de 21,1% em relação a 2013

R\$ milhões	
Eixos	Valor
Transportes - Rodovias, Ferrovias, Portos, Aeroportos e Hidrovias	18.831
Minha Casa, Minha Vida	15.770
Cidade Melhor - Saneamento, Drenagem, Pavimentação, Mobilidade	7.341
Comunidade Cidadã - Creches, UBSs, UPAs e Quadras	9.147
Água e Luz para Todos	7.098
Defesa	4.629
Energia - Estudos Energia Elétrica, Petróleo e Gás e Mineração	243
Gestão e Administração do Programa	230

INVESTIMENTO DAS ESTATAIS FEDERAIS NO PAÍS

Orçamento de investimento e aportes de capital SPEs e coligadas – R\$ 109,3 bilhões

	R\$ bilhões	
	2013	2014
Aporte de capital	8,0	10,2
Orçamento de Investimento (OI)	100,1	99,1
Total no País	108,1	109,3

Aumento de R\$ 2,2 bilhões nos aportes de capital nas SPEs e coligadas

Aumento dos investimentos no País

DEMAIS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO PODER EXECUTIVO – descontado o PAC

- Despesas com políticas finalísticas foram ampliadas ou mantidas
- Ajuste nas despesas de custeio administrativo será mantido em 2014
- Com isso, a maioria dos ministérios tiveram elevação ou manutenção de recursos de despesas discricionárias.
- Poucos ministérios tiveram redução. Há dois motivos para essa redução:
 - Conclusão de parte dos investimentos para a Copa: Esporte e Turismo
 - Nos demais, as reduções se limitam às despesas de custeio administrativo

DEMAIS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO PODER EXECUTIVO – descontado o PAC

Órgão *	R\$ milhões		
	PLOA 2013	PLOA 2014	Variação
Advocacia Geral da União	293,0	300,6	7,6
Agricultura	1.779,1	2.183,3	404,3
Cidades	678,6	698,3	19,6
Ciência, Tecnologia e Inovação	6.719,7	6.869,5	149,8
Comunicações	788,0	767,8	-20,2
Controladoria-Geral da União	99,6	94,8	-4,9
Cultura	1.072,7	1.013,8	-58,8
Defensoria Pública da União	86,8	121,4	34,5
Defesa	13.939,0	14.761,5	822,4
Des. Agrário	2.936,9	3.144,2	207,3
Des. Ind. Com. Exterior	1.103,1	1.315,8	212,7

Custeio administrativo

DEMAIS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO PODER EXECUTIVO – descontado o PAC

Órgão *	R\$ milhões		
	PLOA 2013	PLOA 2014	Variação
Des. Social e Combate à Fome	28.091,6	31.060,9	2.969,2
Educação	34.940,5	35.681,0	740,5
Encargos Fin. da União	1.413,7	1.558,2	144,4
Esportes	1.099,9	946,7	-153,2
Fazenda	5.111,7	4.768,9	-342,8
Integração Nacional	672,1	711,5	39,5
Justiça	4.128,3	4.382,7	254,4
Meio Ambiente	1.028,7	1.025,6	-3,1
Minas e Energia	516,9	542,2	25,3
Op. Oficiais de Crédito	142,7	127,2	-15,5
Pesca e Aquicultura	215,9	247,3	31,4
Planejamento	907,7	1.238,5	330,8
Presidência da República	964,3	992,4	28,1

**Conclusão
projetos Copa**

**Custeio
administrativo**

DEMAIS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO PODER EXECUTIVO – descontado o PAC

Órgão *	R\$ milhões		
	PLOA 2013	PLOA 2014	Variação
Previdência Social	2.319,6	2.283,3	-36,3
Relações Exteriores	1.041,5	1.071,5	30,0
Saúde	76.679,0	80.655,2	3.976,2
Sec Assuntos Estratégicos	74,1	67,9	-6,2
Sec Aviação Civil	702,3	690,7	-11,6
Sec Direitos Humanos	209,3	196,7	-12,6
Sec Micro e Pequena Empresa	0,0	56,5	56,5
Sec Pol Promoção Igualdade Racial	21,2	31,3	10,1
Sec Políticas para as Mulheres	62,9	130,8	68,0
Secretaria de Portos	50,9	119,8	68,9
Trabalho	1.086,5	1.008,6	-77,9
Transferências Superv. MF	147,1	172,3	25,2
Transportes	1.159,4	1.301,8	142,4
Turismo	733,3	609,9	-123,5
Vice-Presidência da República	5,1	5,1	0,1

Custeio administrativo

Conclusão projetos Copa

OUTROS TEMAS

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2013

DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

	R\$ bilhões	
	Total	Contingenciamento
LOA 2013	965,9	-
Avaliação 2º bimestre	937,9	28,0
Avaliação 3º bimestre	927,9	10,0
TOTAL CONTINGENCIAMENTO		38,0

- O ajuste nas despesas foi orientado para a redução no custeio administrativo e a preservação dos programas prioritários
- Foram integralmente preservados os recursos:
 - Programa de Aceleração do Crescimento – PAC
 - Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV
 - Principais áreas sociais: Saúde, Educação e Brasil sem Miséria

EMENDAS PARLAMENTARES

- Desde 2011 a liberação de emendas tem se concentrado nas individuais
- A iniciativa do Congresso para tornar impositivas as emendas vai na mesma direção de privilegiar as individuais
- Portaria 274/2013 permite empenho independente do plano de trabalho
- A execução financeira das emendas, desde 2011, tem crescido no ritmo da execução dos convênios

EVOLUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR



CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR

Principais alterações – Decreto 7.654/2011 e Portaria 507/2011

- Ampliada a validade dos RAPs não processados de 12 para 18 meses (30 de junho)
- Excetua-se dessa regra os RAPs não processados de Saúde, Educação e PAC
- Após esse prazo, o RAP não processado é suspenso. Porém o Gestor tem dois meses para atestar que a obra iniciou ou cancelar definitivamente o RAP
- Portaria 507 autoriza a antecipação de 50% dos recursos de convênios que garante rapidez na execução pelos convenientes

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MINISTÉRIO DA DEFESA

- De 2008 até 2013 o orçamento da Defesa para despesas discricionárias cresceu 48% em termos reais (a inflação no período foi de 31%)
- Orçamento da Defesa responde, em 2013, por:
 - 7% do total das despesas discricionárias
 - 14% das despesas primárias
- Investimentos estratégicos da Defesa foram incorporados ao PAC: submarino nuclear, aeronave KC-X, helicópteros HX-BR, tecnologia nuclear da marinha, blindados Guarani, sistema de defesa ASTROS 2020 e Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON
- Forças Armadas estão tendo reajuste salarial de 30% entre 2013 e 2015



Projeto de Lei Orçamentária Anual 2014

*Ministério do Planejamento,
Orçamento e Gestão*

25 de setembro de 2013